

Article

# Tecnologia Social para o Enfrentamento da Condição de Pobreza no Brasil

Cláudio Jorge Moura de Castilho <sup>1</sup> \* 

<sup>1</sup> Doutor (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE). ORCID: 0000-0003-3609-9914. E-mail: claudiocastilho44@gmail.com

\* Correspondence: claudiocastilho44@gmail.com

## RESUMO

O presente artigo destaca a relevância no que se refere à apropriação e ao uso da tecnologia social, de modo autônomo e democrático, no processo de enfrentamento à condição de pobreza em territórios das classes trabalhadoras empobrecidas em Recife-PE, Brasil. Compreende-se, portanto, a tecnologia social como um conjunto de técnicas, ao mesmo tempo, materiais e imateriais produzidas e apropriadas pela própria sociedade territorialmente contextualizada no âmbito da sua própria dinâmica histórica. A revisão bibliográfica e alguns resultados das experiências empíricas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano nos referidos territórios foram alguns dos procedimentos metodológicos utilizados para a operacionalização do método dialético de abordagem pelo qual se optou para a discussão ora estabelecida. Conclui-se a reflexão ressaltando a relevância da criação e do uso, de modo autônomo e democrático, de formas diversas de tecnologia social como mais uma contribuição à transformação das condições de pobreza das classes trabalhadoras empobrecidas.

**Palavras-chave:** condição de pobreza; território forte; uso de tecnologias; transformação social.

## ABSTRACT

This article highlights the relevance of the appropriation and use of social technology, in an autonomous and democratic way, in the process of facing the condition of poverty in the territories of the impoverished working classes in Recife-PE, Brazil. Therefore, social technology is understood as a set of techniques, at the same time, material and immaterial produced and appropriated by society itself territorially contextualized within the scope of its own historical dynamics. The bibliographic review and some results of the empirical experiences developed by the Social Movements and Urban Space research group in these territories were some of the methodological procedures used for the operationalization of the dialectical method approach that was chosen for the discussion established here. The reflection concludes by emphasizing the importance of creating and using, in an autonomous and democratic way, different forms of social technology as one more contribution in order to change the poverty's condition in the impoverished working classes' territories.

**Keywords:** povert's condition; strong territory; technology's use; social changing.



Submissão: 14/05/2022



Aceite: 12/07/2022



Publicação: 02/08/2022





## 1. Introdução

A ideia deste ensaio consiste em demonstrar que as técnicas também devem voltar-se para se pensar e resolver problemas de cunho social; e não somente, como se tem pensado e feito, seguindo os imperativos da lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista, para servirem de instrumentos utilizados eminentemente para a geração de riquezas atendendo apenas aos interesses das classes dominantes.

Nessa perspectiva, delimitou-se como objetivo da presente discussão fomentar a reflexão acerca do papel da tecnologia social – como representação de um conjunto de técnicas – no enfrentamento, por exemplo, da condição de pobreza, a partir da análise de teorias sobre o tema e de experiências que reuniram instituição pública, instituições não-governamentais e territórios vividos ocorridas em Recife.

A motivação do desenvolvimento da ideia, a qual também explica a relevância deste texto, consiste em demonstrar que nem tudo está perdido no que se refere à construção de um mundo diferente, havendo, portanto, possibilidades de praticar-se algo inovador nessa direção, aproveitando-nos não somente das teorias já imaginadas e estabelecidas; mas, ao mesmo tempo, das diversas experiências diferentes existentes nos territórios urbanos.

Para isto, basta, por meio do uso do procedimento da heurística, ressaltar o que já está emergindo no mundo em termos de alternativas diferentes das que estão acontecendo a fim de evidenciá-las e valorizá-las na busca do efetivamente novo. Isto para combater os imperativos da lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista neoliberal, fazendo valer o que já existe em termos de teoria e empiria, na perspectiva, por exemplo, do fortalecimento de uma outra lógica, ou seja, a da racionalidade ambiental.

Destarte, as classes trabalhadoras empobrecidas, a partir das suas próprias experiências territoriais-ambientais, têm praticado um conjunto de ações visando superar sua condição de pobreza, a despeito da permanência, na história, de uma série de adversidades representadas pela condição de subcidadania sob a qual vivem, pelos retrocessos políticos que interrompem o processo de evolução social e, por conseguinte, pelas ameaças de remoção dos seus territórios vividos.

Em face do acima exposto, este texto foi estruturado para: em primeiro lugar, definir o referencial teórico-conceitual que fundamentou a presente reflexão de maneira sucinta e suave, sem nenhuma pretensão à exaustão de ideias, teorias e conceitos, evitando, assim, cansar os/as leitores/as; em segundo, delimitar os métodos de procedimentos e de abordagem pelos quais se optou a fim de desenvolver o nosso raciocínio; em terceiro, apresentar os principais resultados obtidos a partir das experiências de interação entre o grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e as classes trabalhadoras empobrecidas, para discuti-los; e, por último, colocar a conclusão a que se chegou após o esforço realizado.

O autor deste escrito ainda, agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pelo apoio financeiro concedido a membros do MSEU-UFPE mediante, sobretudo, a concessão de bolsas de incentivo à pesquisa.

## 2. Referencial Teórico-Conceitual

Na perspectiva de Castells (1999, p. 34), à primeira vista, a tecnologia parece ser reduzida a uma forma específica por meio da qual se dá “[...] a relação entre a mão-de-obra e a matéria no processo de trabalho [que] envolve o uso de meios de produção para agir sobre a matéria com base em energia, conhecimento e informação”.

Para nós, entretanto, a tecnologia compreende um processo muito mais complexo e abrangente, o qual, no âmbito do acontecer histórico social, ultrapassa a dimensão produtiva. Com efeito, posteriormente, esta perspectiva complexa e abrangente sobre a tecnologia ficou mais explícita em outro trabalho escrito por este mesmo autor (Castells, 2013).

Entende-se a tecnologia social como um conjunto de técnicas que criadas e usadas pelos seres humanos para construir, com autonomia, os seus territórios de existência e, por conseguinte, tecerem as suas territorialidades, funcionam no âmbito de uma totalidade complexa de objetos materiais e ações sociais. Santos (1997, p. 61) leva-nos a compreender que as técnicas “agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, da difusão da informação, dos transportes, das comunicações, da distribuição”, não podem ser entendidas separadas de outras representadas pelos modos de pensar, agir, resistir, etc.



Destarte, na nossa compreensão, tecnologia não se refere apenas à dimensão material (a dos objetos técnicos fixados no espaço), mas, concomitantemente, à dimensão imaterial (a das ações ideologicamente concretizadas que suscitam os fluxos que, dialeticamente, produzem os fixos) nos diversos territórios que compõem o espaço de existência da sociedade, no curso do seu próprio acontecer histórico.

Diante, portanto, da relevância intrínseca da tecnologia no acontecer histórico das relações sociais na cidade, não se pode prescindir das técnicas que a compõem para explicar a realidade espacial das classes trabalhadoras empobrecidas no mundo. Da mesma maneira, não se pode prescindir dela para se pensar e, simultaneamente, concretizar alternativas diferentes das que vêm acontecendo em termos do seu uso, visando à construção de outra sociedade. Isto porque a problemática do mundo atual não se deve à tecnologia *per se*, mas, notadamente, ao uso que se faz dela.

Em qualquer que seja a fração do espaço, cada variável revela uma técnica ou um conjunto de técnicas particulares. Pode-se, também, dizer que o funcionamento de cada uma dessas variáveis depende, exatamente, dessas técnicas. [...] Trata-se, também, na verdade, da história dos instrumentos e meios de trabalho postos à disposição do homem. Quando um novo instrumento ou meio ou forma de trabalho torna-se uma forma de ação, constitui-se uma espécie de certidão de nascimento ou data de origem. De tal maneira, seu emprego num determinado lugar [...] atribui a esse lugar, ao menos para o mencionado instrumento, condições técnicas do momento em que, pela primeira vez, esse instrumento de trabalho se incorporou à História. Mas o tempo do lugar, o conjunto de temporalidades próprias a cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica, tomada isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço. (Santos, 1997, p. 61-62)

O objetivo deste artigo auxiliar-nos-á a refletir sobre maneiras diferentes de uso da tecnologia disponível no mundo. O que será realizado a partir da compreensão da tecnologia como conjunto de técnicas utilizadas pelas classes trabalhadoras empobrecidas no âmbito de um contexto social cujas classes dominantes, norteadas pela racionalidade técnico-instrumental capitalista neoliberal, utilizam-nas como ferramentas para, eminentemente, gerar riquezas e dominar o meio ambiente.

Defende-se, portanto, a ideia de que há outras maneiras de uso do conjunto das técnicas disponíveis no mundo contemporâneo dentre as quais se destacam aquelas que compõem o que se está denominando, neste artigo, de tecnologia social, denominação que se deve, notadamente, à nossa insatisfação com o atual estado de coisas no Brasil. Com o processo de retrocesso no que concerne ao corte dos investimentos que estavam sendo realizados para a redução das desigualdades socioterritoriais, tem-se notado, claramente, o recrudescimento da pobreza e da extrema pobreza.

A ideia da busca de outra racionalidade pode ser encetada com base no aporte teórico apontado por Leff (2009) visando à superação da racionalidade que tem reforçado a problemática acima colocada. Trata-se, assim, da colocação em prática do que este autor definiu como racionalidade ambiental, a qual, diante da crise ambiental na Terra, constitui um campo do conhecimento, do saber e da prática sociais que questionam os paradigmas estabelecidos e abrem canais para a imaginação de outros mundos.

A construção de uma racionalidade ambiental implica portanto a reorientação do progresso científico e tecnológico numa perspectiva interdisciplinar que articula os processos sociais e naturais para a gestão do desenvolvimento sustentável [...]. O saber ambiental questiona os comportamentos associados às práticas de consumo derivadas da sociedade pós-industrial e os interesses disciplinares que obstaculizam a produção de estudos integrados do processo de desenvolvimento; da mesma forma, problematiza as ideologias que orientam as demandas das classes trabalhadoras e dos movimentos populares para satisfazer suas necessidades básicas através do acesso ao trabalho e da redistribuição da renda. (Leff, 2009, p. 100)

Este saber ambiental, reforçador da racionalidade ambiental torna-se, portanto, uma condição *sine qua non* para a retomada, de maneira efetivamente durável, do processo de extermínio de uma vez por todas da condição de pobreza nas cidades brasileiras. O que, para nós, é de grande relevância para o desenvolvimento territorial sustentável na medida em que, se esta condição não for superada, nunca se terá uma sociedade igualitária. Mas o que é a pobreza? Como se pode defini-la?



Colocando que o problema da pobreza ganha uma atualidade incontestável em razão da generalidade deste fenômeno em todos os países, em especial nos países subdesenvolvidos<sup>1</sup>, e da urbanização galopante ocorrida nestes últimos países de maneira a expandir a pobreza, não obstante a particularidade deste fenômeno em cada lugar, Santos (1978, p. 10) chamou nossa atenção para o fato de que

[...] não tem sentido procurar uma definição matemática ou estática. Conforme acentuou I. Buchanan [...] “o termo ‘pobreza’ não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura”. O assunto exige um tratamento dinâmico, no qual todo o conjunto de fatores é levado em conta – pois do contrário haverá ênfase em soluções parciais que são mutuamente contraditórias. O problema essencial está na estrutura analítica escolhida, ou seja, na tentativa de uma teorização adequada.

Portanto, ao assumir a ideia de que a condição de pobreza acha-se intrinsecamente vinculada à situação das classes trabalhadoras empobrecidas na sociedade à qual pertencem – constituindo não somente uma categoria econômica mas, antes de tudo, uma categoria política –, este mesmo autor criticou as definições reducionistas de pobreza como um fenômeno estático, isolado e fragmentado, as quais também foram defendidas por outros pesquisadores “críticos”.

A aceitação da ideia acima criticada só faz consolidar mitos – que apresentam como suas causas principais, segundo o mesmo autor, a explosão demográfica, as migrações e a ausência de empregos pela explosão demográfica – que terminam encobrendo a realidade concreta do mundo, contribuindo para a manutenção da problemática agravada, hoje em dia, pela propagação, por exemplo, dos riscos ambientais.

É desta maneira que se alimenta a esperança da mobilidade ascendente, justificando ao mesmo tempo, a sociedade competitiva. Assim, a pobreza é considerada apenas como uma situação transitória, um estágio necessário na mobilidade social, evitando-se procurar ideias para mudar esse estado de coisas. A pobreza deve ser tolerada como “inerente às agruras do crescimento econômico” ... (Santos, 1978, p. 12)

Seguindo, portanto, esta perspectiva, define-se a condição de pobreza como um fenômeno dinâmico, relacional e contextualizado histórico-territorialmente numa sociedade de classes, razão pela qual não se pode, de maneira nenhuma, estabelecer uma única definição de um fenômeno tão complexo que se acha, nos seu acontecer histórico-territorial, em permanente processo de mudança.

Sob tal parâmetro, o grupo de pesquisa MSEU-UFPE, em suas diversas atividades de comunicação, define a pobreza, a partir das territorialidades com as quais interage, como a situação das pessoas que, por sua condição histórica de pertencer às classes subalternizadas e oprimidas, vivem sob precárias condições (i)materiais e sob ameaças de perderem seus territórios, seus direitos sociais e suas alternativas de trabalho.

É verdade que, em alguns momentos da história, notadamente sob administrações públicas locais e nacionais mais sensíveis à condição de vida destas classes, chegou-se a promover o acesso a bens de consumo coletivo (policlínicas, escolas, centros sociais, ruas pavimentadas e drenadas, praças, parques, etc.) e a serviços públicos sociais (saúde, educação, assistência social, circulação, lazer, etc.).

Entretanto, não se investiu na explicação de como tais conquistas foram atingidas. Isto porque o acesso *per se* a bens e serviços não muda uma condição secular de privilégio de classe. O acesso aos bens e aos serviços sociais públicos ora mencionados não foi “dado” gratuitamente pelos governos, mas constituíram frutos da própria pressão social das classes trabalhadoras empobrecidas no curso da sua história de resistências e lutas na cidade.

Em princípio, até parece que os pobres se satisfazem com o que “recebem”; porém, nem sempre, na medida em que continuam lutando a fim de fazerem valer os seus direitos dos quais se destaca o *direito ao entorno*. Este, como acentua Santos (1987, p. 47),

---

<sup>1</sup> Não se está utilizando este termo na perspectiva de uma etapa a ser mecanicamente superada para se atingir o estágio dos ditos países desenvolvidos, mas na perspectiva de que existem distorções socioeconômicas e de relações de poder a serem superadas nos vários lugares do mundo em função da divisão internacional e territorial do trabalho.



[...] está nos livros e nos discursos oficiais, mas ainda está muito longe de uma implementação. Que dizer, por exemplo, das mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente, sem a menor consideração pelas pessoas? A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno. Fala-se em ecologia, mas frequentemente o discurso que conduz à maior parte das reivindicações se refere a uma ecologia localizada, enraivecida e empobrecida, em lugar de ser o combate por uma ecologia abrangente que retome os problemas a partir de suas próprias raízes. Estas se confundem com o modelo produtivo adotado e que, por definição, é desrespeitador dos valores desde os dons da natureza até a vida dos homens.

A dificuldade no que tange à não realização de transformações sociais profundas, calcadas nos parâmetros do direito acima citado, capazes de promover a superação da condição de pobreza, acha-se vinculada, ao mesmo tempo, à condição socioterritorial das classes trabalhadoras no mundo. Neste sentido, em vez de cidadãos/ãs, os/as trabalhadores/as acham-se ainda na condição de “meio-cidadania” ou de “cidadania imperfeita” (Santos, 1987); ou na de “subcidadania” (Schwarcz & Starling, 2015).

Acredita-se que, sem pressão social movida pela consciência de classe, os/as trabalhadores/as pobres não conseguem conquistar seu devido lugar no espaço geográfico, o que, por seu turno, só aconteceria em ambiente de cidadania. Isto porque, a exemplo do que se constatou no curso da história civilizatória, somente neste ambiente é que se tem a condição para o progresso da humanidade, isto é, o respeito à outridade.

O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados. A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância [sic]. A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. (Santos, 1987, p. 7)

Todavia, torna-se um desafio pensar e praticar a cidadania em ambientes de subcidadania em que a cidadania ainda não está enraizada na cultura local, mas em que consiste a condição de subcidadania? Em princípio, pode-se atribuir esta condição a alguém quando lhe é negado, primeiramente, o direito a ter direitos e, por conseguinte, os direitos à moradia, à saúde, à educação, à participação na gestão pública, ao lazer, a ser respeitado – independentemente de classe social, religião, gênero, opção sexual, ideologia – enfim, a todos os bens e valores que, garantidos pelo conjunto das leis nacionais, promovam vida digna para todas as classes sociais.

Daí a necessidade do envolvimento de instituições públicas como o MSEU-UFPE na elaboração e no desenvolvimento de tecnologias sociais que possuam como escopo principal a realização de trabalhos de comunicação nos termos colocados por Freire (1983) e/ou de práticas diferentes de extensão nos termos colocados por Souza Santos (1997). O que, aliás, só acontece junto com as pessoas nos seus próprios territórios em condições de pobreza – absoluta e relativa – visando à superação dos problemas que enfrentam no curso da sua vida cotidiana, ao mesmo tempo, no bairro e na cidade.

No que tange ao seu aporte epistemológico, colocada para superar a ideia de “tecnologia apropriada”, aprofundando a crítica à ideia fatalista, linear e dogmática do uso da tecnologia no crescimento econômico,

[...] a tecnologia social implica a construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia, ou seja, não são apenas usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes especialistas, a exemplo de muitas propostas das diferentes correntes da tecnologia apropriada. [...] é [...] “um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida”. (Rodrigues e Barbieri, 2008, p. 1075)

A ideia de tecnologia social não é nova uma vez que, como acentuam Duque e Valadão (2017), ao final do século XIX, já se pensava fazer uma sociologia inter-relacionada com a materialidade do mundo e contextualizada nas comunidades que a utilizariam. Nesta perspectiva, eles reconhecem que



Os autores [Rodrigues e Barbieri] propõem que as tecnologias sociais devem atender às demandas sociais concretas da população. O processo de tomada de decisão deve ser democrático e deve mobilizar a população. A população deve aprender e o aprendizado deve ser planejado e articulado. As tecnologias sociais devem ser sustentáveis no âmbito econômico, social e ambiental... (Duque e Valadão, 2017, p. 8)

As experiências do MSEU-UFPE nos territórios Josué de Castro, Saramandaia, Coque e em escolas do Recife vêm acontecendo nesse sentido, tal como se colocará posteriormente. É preciso reiterar que as tecnologias em questão devem representar uma verdadeira síntese e sinergia entre o povo e as instituições que se propõem a desenvolver o referido trabalho de comunicação; o que deve acontecer por meio de relações fundamentadas no respeito mútuo, a fim de se construir o saber ambiental capaz de ressaltar os valores de sustentabilidade já existentes nos territórios em apreço voltados à consolidação do estado de espírito da cidadania na cultura dos territórios em apreço.

Na medida em que a universidade – instituição social criada para contribuir com o desenvolvimento humano – aproximar-se efetivamente dos diversos territórios vividos pelo povo, sem dirigismos, escutando os seus representantes e contemplando os seus desejos numa perspectiva dialógico-dialética, ela poderá retomar o seu papel pedagógico de fortalecer os movimentos sociais fundamentais à cidadania oriundos dos referidos territórios.

Partindo da ideia da escassez como relação entre o cotidiano e o mundo, Santos (2000) defende que mudanças concretas só acontecerão se os pobres – que são as pessoas que mais vivenciam a experiência da escassez na sua vida cotidiana – participarem das propostas elaboradas e praticadas para resolverem os seus próprios problemas. Com efeito, nunca se conseguirá mudar nada sem a participação efetiva dos principais interessados na elaboração e implementação das políticas públicas que lhes são destinadas. Nesta perspectiva, a universidade deve compreender e atuar na perspectiva de que,

Num mundo tão complexo, pode escapar aos pobres o entendimento sistêmico do sistema do mundo. Este lhes aparece nebuloso, constituído por causas próximas e remotas, por motivações concretas e abstratas, pela confusão entre os discursos e as situações, entre a explicação das coisas e a sua propaganda. Mas há também a desilusão das demandas não satisfeitas, o exemplo do vizinho que prospera, o cotidiano contraditório. Talvez por aí chegue o despertar. Num primeiro momento, este é, apenas, o encontro de uns poucos fragmentos, de algumas peças do *puzzle*, mas também a dificuldade para entrar no labirinto: falta-lhes o próprio sistema do mundo, do país e do lugar. Mas a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia. (Santos, 2000, p. 133)

A universidade – que é um dos lugares da produção da tecnologia social ora em discussão – deve, assim, assumir o seu papel histórico de fomentar condições necessárias ao estranhamento do povo com relação às contradições que permanecem no espaço; o que acontece pela autoconsciência da necessidade de reação, elaborando projetos alternativos de vida na cidade e, portanto, fazendo-os valer por meio das suas pressões contra os imperativos destruidores inerentes à racionalidade técnico-instrumental capitalista neoliberal.

Para isso é que se deve criar e praticar, no âmbito da dinâmica histórico-territorial como um processo dialógico-dialético, tecnologias sociais capazes de aprimorar a atividade de comunicação, como efetivamente uma práxis, pela interação com o povo, valorizando-o, respeitando-o e confiando nele, a exemplo do que Freire (1983; 2019) nos ensinara.

### 3. Metodologia

A realização do presente trabalho constitui resultado de uma revisão bibliográfica, ainda em andamento, acerca da temática ora em discussão; revisão que não pretendeu ser exaustiva, mas, apenas, norteadora do processo de pensamento e reflexão sobre o papel da tecnologia social no enfrentamento da condição de pobreza no Brasil.

Destarte, com a finalidade de evitar o abuso decorrente do exagero de se fazer citações à exaustão – destacando várias ideias e concepções acerca das variáveis fundamentais do presente texto para demonstrar que se leu e se analisou tudo sobre o tema –, preferiu-se fazer um corte que reputamos relevante para deixar o texto mais suave.



Além da revisão bibliográfica acima ressaltada, levou-se em conta o conjunto de resultados obtidos por meio do relato de experiências empíricas das atividades de comunicação que o grupo de pesquisa MSEU-UFPE vem realizando junto aos territórios vividos em Recife e, portanto, com os quais tem interagido.

Com efeito, vale ressaltar que a consideração das três dimensões fundamentais – teoria, empiria e ação – de uma ciência comprometida, efetivamente, com a transformação da difícil realidade social das classes trabalhadoras empobrecidas demonstra a preocupação do MSEU-UFPE com o desenvolvimento de uma verdadeira filosofia da práxis nos termos colocados por Gramsci (1996).

Para a concretização do acima dito, acrescenta-se, ainda, a necessidade do uso do procedimento da heurística (Harvey, 2004) visando descortinar o que está acontecendo em termos de novas experiências na realidade, bem como no da emergência (Sousa Santos, 2002), sendo isto necessário para evidenciá-las ressaltando sua importância na discussão.

Sob os parâmetros acima colocados, considerou-se a visão de uma tecnologia social voltada, preponderantemente, à superação da pobreza a partir da geografia urbana, na sua relação com as atividades de comunicação realizadas pelo referido grupo de pesquisa. Muito embora o corte que fizemos não tenha negligenciado o necessário esforço interdisciplinar requerido pela discussão ora abordada.

No que tange aos procedimentos metodológicos utilizados neste escrito, apresentamos as atividades de comunicação desenvolvidas pelo MSEU-UFPE junto a territórios vividos, que ainda se acham na condição de pobreza (primeiro passo); identificamos as técnicas desenvolvidas no âmbito das inter-relações universidade-território (segundo passo); delimitamos a lógica do funcionamento das atividades realizadas (terceiro passo); e resgatamos, ao nível da discussão, os principais ganhos obtidos para a coletividade social no que diz respeito ao uso das referidas técnicas.

Os procedimentos acima destacados foram considerados no âmbito do método de abordagem definido como materialismo histórico e dialético de cujos princípios essenciais levados em conta foram os de contradição, conflito, totalidade e movimento. Nesta perspectiva, o MSEU-UFPE considera as classes sociais empobrecidas com as quais interage nos territórios abordados como subalternizadas e oprimidas, que, no âmbito de uma sociedade de classes assaz desigual, injusta e perversa, sempre perderam espaço e direitos.

Entretanto, como o processo histórico é contraditório, essas classes nunca se calam e sempre estão, concomitantemente, buscando compreender sua posição territorial na cidade e/ou no campo com base na percepção das contradições inerentes à sua vida na sociedade existente. E o fazem a fim de conquistarem – ora através de conflitos, ora de negociação – o lugar que lhes é permanentemente negado, e às vezes tomado descaradamente, pelas classes dominantes. Estas, denominadas, por Souza (2017), de *elites do atraso*, por seu turno, vêm impedindo a concretização do desenvolvimento territorial no país.

Diante do acima exposto, portanto, o materialismo histórico e dialético, como método de abordagem, pode ser compreendido, como acentuam Lakatos e Marconi (1992, p. 106), a partir do momento em que se “[...] penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”.

Como o processo dialético é complexo, da mesma maneira que a proposta do MSEU-UFPE fundamenta-se no diálogo entre os saberes envolvidos no processo de desenvolvimento das referidas atividades de comunicação, ela também faz uso do diálogo de metodologias no âmbito de diferentes paradigmas filosóficos. Isto porque o materialismo histórico e dialético *per se* sempre nos leva a uma perspectiva às vezes mecânica de luta de classes em que uma superaria a outra na medida em que o capitalismo, também, seria superado enquanto modo de produção. Mas, reitera-se que a realidade é muito mais complexa como aparenta, razão por que não pode ser apreendida e aprendida por um só método de pesquisa-ação.

Com efeito, nossa experiência *in loco* tem-nos mostrado que, em vez de superação do modo de produção capitalista, o que muitos dos homens e das mulheres pobres com os quais trabalhamos juntos querem, na verdade, é integrarem-se a este modo de produção, participando dele como cidadãos/ãs, mas também como consumidores/as.

Em decorrência deste fato, o capitalismo não é negado em si e o que se deseja é, muitas vezes, negociar com o Estado formas concretas de participação neste sistema. Isso, demonstra, portanto, a complexidade do problema ora abordado, razão pela qual não se deixa, também, de considerar elementos do paradigma da complexidade.

Le complexe surgit comme impossibilité de simplifier, là où les désordres et les incertitudes perturbent la volonté de connaissance, là où l'unité complexe se désintègre si on la réduit en ses éléments, là où se perdent



distinction et clarté dans les causalités et les identités, là où les antinomies font divaguer le cours du raisonnement, là où les sujets observateurs surprend son propre visage dans l'objet de son observation. Le complexe c'est le non réductible, le non totalement unifiable, le non totalement diversifiable. Le complexe c'est ce qui est tissé ensemble y compris ordre/désordre, un/multiple, tout/parties, objet/environnement, objet/sujet, clair/obscur... (Morin, 2011, p. 123)

Sendo assim, a proposta do MSEU-UFPE não é a de, simples e mecanicamente, associar metodologias de raízes teórico-filosófico-ideológicas diferentes, mas a de juntá-las, dialogicamente com a finalidade de dar conta da complexidade do mundo; e, portanto, da difícil tarefa de repensá-lo permanentemente na dinâmica da história da coletividade social nos seus territórios de vida e existência.

Desse modo, universidade e povo seguem juntos dando-se as mãos, por meio do diálogo democrático e respeitoso para com as pessoas dos territórios abordados, conseguindo, paulatinamente, juntar os fragmentos da realidade aproximando-se da totalidade complexa que é o mundo em permanente processo de mudança em algum sentido.

Do acima exposto pode resultar uma série de alternativas a serem pensadas e discutidas em termos de projetos inovadores de território, mediante as quais, a própria sociedade com seus próprios pés e mãos, procurará abordar os seus problemas pela articulação, mobilização e pressão sociais mesmo que, para isto, tenham que voltar-se para o Estado a fim de resolvê-los.

#### 4. Resultados e Discussão

Em julho de 2018, pesquisadores da ActionAid Brazil e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), com base em dados da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgaram uma matéria demonstrando que a extrema pobreza havia voltado aos níveis de doze anos atrás com relação à data da publicação desta pesquisa. Com isso, demonstrou-se a evidência da ameaça de que o Brasil poderia retornar dentro em breve ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) do qual, aliás, havia saído em 2014.

De acordo com esta matéria, como resultado do abandono das políticas de proteção social em função do último ajuste fiscal que havia promovido cortes no Programa Bolsa Família, do aumento do preço de bens essenciais como o gás de cozinha, etc.,

[...] nos últimos três anos – 2015-2017 – o país voltou ao patamar de 12 anos atrás no número de pessoas em situação de extrema pobreza. Ou seja, mais de 10 milhões de brasileiros estão nessa condição [...]. “Isso nos leva a crer que aquela correlação pobreza *versus* fome sugere fortemente que a gente já está, neste momento, numa situação ruim, que deve aparecer com os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF – do final de 2018”. (Domenici, 2019, p. 1)

Segundo ainda esta mesma matéria, pessoas que se acham na situação de extrema pobreza são aquelas que estão vulneráveis e sujeitas à fome, tratando-se, portanto, de uma situação muito mais grave do que a de pobreza, a qual também vem aumentando por causa do desemprego. No caso do Nordeste do Brasil, não obstante a dinâmica positiva que esta região conheceu até 2014, a partir do período considerado pela pesquisa, volta a conhecer o recrudescimento da pobreza (Figura 1).

Nesta perspectiva, diante dos dados acima demonstrados, parece-nos que se está novamente reforçando a pobreza nos territórios do espaço geográfico brasileiro, o que não somente contribui para o retorno de problemas de antes; como também suscita uma série de outros problemas não somente para as classes trabalhadoras empobrecidas, mas, para a coletividade social.

Um meio ambiente pobre, argumentara Lewis (1966), há décadas atrás, criaria uma sorte de *cultura da pobreza* tão forte que, em função, notadamente, da sua influência sobre as crianças, condenaria o futuro destas crianças e dos seus descendentes a viverem sempre na pobreza; a menos que ocorresse algum evento extraordinário em suas vidas, capaz de tirá-los desta condição.

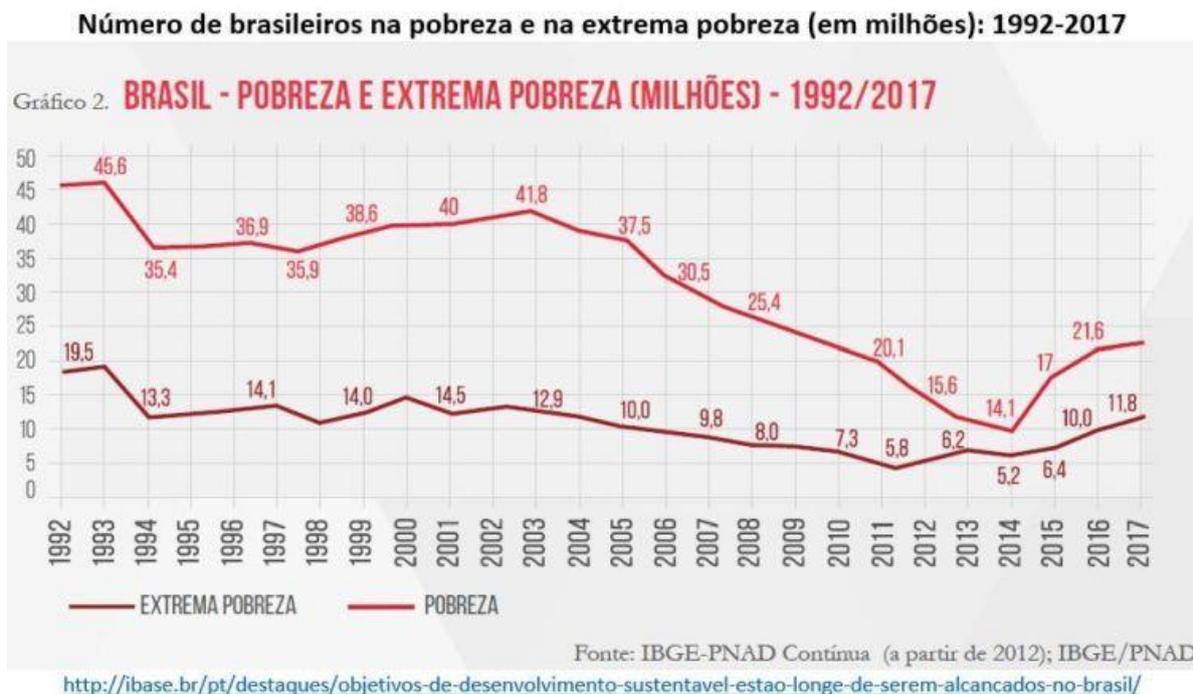


Figura 1. Evolução da Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil, de 1992 a 2017. Fonte: Alves, 2019.

Em outras palavras, segundo este mesmo autor, a cultura da pobreza autocriar-se-ia e, ao mesmo tempo, automanter-se-ia permanentemente no tempo, passando sua condição de pobreza dos pais para os filhos como uma herança. Ademais, censurando os pobres devido à sua condição de pobreza, ele reconheceu que seria muito mais fácil eliminar a cultura da pobreza, ou pelo menos reduzir o seu peso na vida das pessoas, do que a pobreza *per se*, como se a pobreza constituísse um fenômeno descontextualizado da história.

A nossa opinião, entretanto, diverge da anterior em virtude do fato de que a denominada cultura da pobreza que condicionaria homens e mulheres a viverem na condição de pobreza para toda a vida não pode ser algo absoluto e determinante. Ela representa momentos dados do processo da história socioterritorial das classes trabalhadoras empobrecidas que podem ser revertidos na medida em que este processo está sempre em permanente transformação, havendo, portanto, possibilidades de superá-la instaurando outras formas de viver e existir.

Uma série de fatores pode contribuir para a superação da pobreza, dentre os quais se destaca a própria vontade das pessoas de abandonarem sua condição de pobreza; bem como o envolvimento de instituições que, empaticamente, colocam-se junto dessas pessoas visando fortalecer os seus diversos valores, saberes e fazeres em termos de compreensão dos problemas cotidianos inerentes às suas territorialidades, dos protestos e das práticas de mobilização social para superá-los.

Desse modo, antes de tudo, é necessário haver predisposição no sentido de pensarem e refletirem acerca das alternativas em termos de caminhos a serem desbravados, visando à superação dos seus problemas a exemplo, notadamente, daqueles referentes à ausência de uma série de direitos para, pelo menos, viverem bem na cidade.

As experiências que serão destacadas neste ensaio referem-se, justamente, a um conjunto de lutas sociais que possuem como meta a conquista do seu direito ao entorno, na perspectiva da conquista do direito à cidade os quais lhes foram negados no curso das suas histórias de vida.

São vários os problemas enfrentados pelas classes abordadas dentre os quais se destacam os mais graves: falta de acesso à propriedade e/ou a condições dignas das suas moradias (condição não regulamentada da posse do terreno, moradias construídas com materiais de qualidade muito baixa, etc.); acesso a serviços sociais públicos de baixa qualidade (educação, saúde, segurança, lazer, etc.); ausência de obras de infraestrutura urbana (ruas e/ou ladeiras ainda não pavimentadas, ausência de drenagem em seus terrenos, deficiente processo de coleta de lixo e limpeza urbana, etc.); e, intrinsecamente relacionada com os problemas anteriormente citados, ausência e/ou esvaziamento de fóruns de participação no que diz respeito à gestão urbana pensada e praticada para os seus territórios de existência.



Além da predisposição – individual e, concomitantemente, coletiva – para a retomada das suas lutas pelo direito ao entorno, pelo menos para começarem as suas respectivas batalhas, ressalta-se a articulação dos moradores em processo de mobilização com outros atores da sociedade civil mediante os quais constituem redes socioterritoriais fortes, denominadas por Castells (2013), de indignação e esperança. Este autor ainda acentua, neste mesmo trabalho, a relevância do uso de novas técnicas de informação e comunicação nos diversos processos de mobilização social contemporâneos, o qual, acrescentamos, pode reforçar o papel social da tecnologia social.

A este respeito, tem-se formado redes sociais de articulação, mobilização e pressão social para a obtenção das conquistas dos direitos referidos anteriormente. O MSEU-UFPE atuou, junto a outros grupos de pesquisa, Organizações Não-Governamentais (ONG) e coletivos, nos territórios denominados Josué de Castro, Coque e Saramandaia (Figura 2), com vistas ao fortalecimento das classes trabalhadoras empobrecidas para resistirem contra as investidas permanentes do Complexo Fundiário Imobiliário Comercial Financeiro (CFICF), conjunto articulado dos agentes cruciais no processo de construção do espaço urbano segundo as intencionalidades das classes dominantes. A concretização das intencionalidades destas classes sociais acontece com o apoio do Estado que, utilizando-se de princípios higienistas, implementa políticas urbanísticas para atender os interesses – de privatização, valorização e gentrificação – das classes dominantes e opressoras.

Os territórios acima representados situam-se em áreas definidas como Comunidades de Interesse Social (CIS) em função, notadamente, das precárias condições de vida e existência dos seus habitantes, as quais, por sua vez, suscitam a construção de ambientes de riscos.

No que tange aos principais tipos de riscos presenciados nestes lugares, acham-se os riscos: do desemprego, da fome, da morte, da perda/revogação de direitos, da apatia política, etc. A propósito dos riscos, segundo Beck (2011, p. 23), no contexto da modernidade tardia,

[...] a produção social de *riqueza* é acompanhada sistematicamente pela produção social de *riscos*. Consequentemente, aos problemas e conflitos distributivos da sociedade da escassez sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e destruição de riscos científico-tecnologicamente produzidos.

Disso resulta a necessidade de elaboração e desenvolvimento de tecnologias sociais capazes de consolidar as possibilidades de reforço das práticas inerentes aos processos de fortalecimento dos territórios envolvidos, o que é importante para valorizar e fortalecer as lutas sociais locais como condição *sine qua non* para a superação da pobreza. Santos (1996, p. 258), utilizando-se do conceito de proximidade geográfica, define que o território pode tornar-se um lugar forte na medida em que se tem um espaço como

[...] lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflitos são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Nesta perspectiva, no que concerne ao caso referente ao território Josué de Castro, a experiência de interação entre o MSEU-UFPE e os ativistas desta ocupação aconteceu no âmbito de um movimento social de ocupação de um terreno em uma área da cidade de Recife, por trabalhadores/as empobrecidos/as que ainda não possuíam sua moradia e que, por seu turno, ocuparam-no a fim de construírem seu território como um lugar forte (Castilho, 2011; Castilho, 2012).

Tomando conhecimento de que o terreno em disputa não estava cumprindo com sua função social, desrespeitando, portanto, a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) e de que os impostos sobre este imóvel não estavam sendo recolhidos pela União tendo chegado a um valor astronômico, a área foi devidamente ocupada pelos ativistas. Contudo, logo após a sua ocupação pelos/as trabalhadores/as, apareceram supostos proprietários do terreno, encetando a um processo difícil mas, ao mesmo tempo, empolgante de luta pelo espaço.

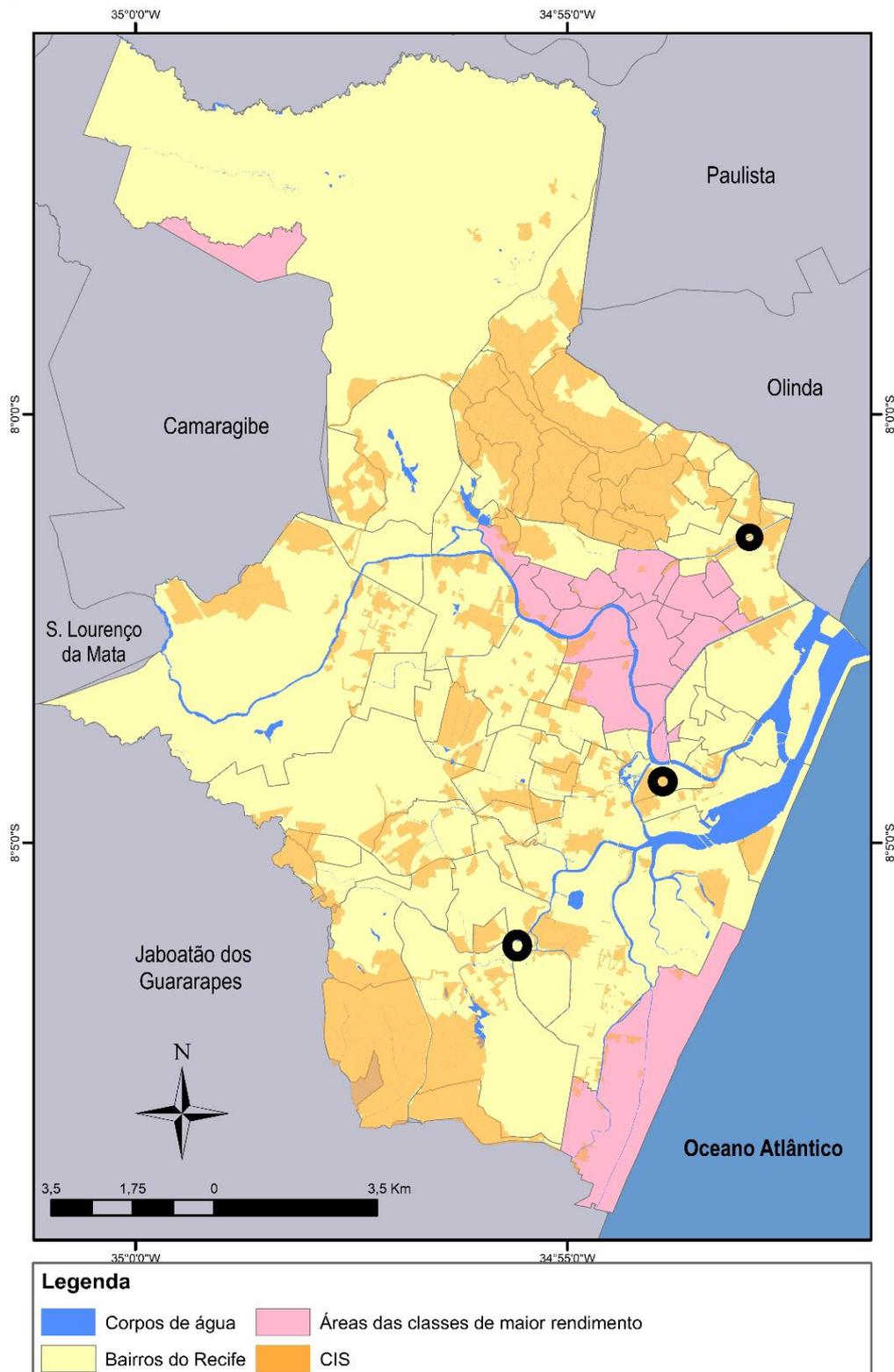


Figura 2. Recife: Localização dos territórios Saramandaia (porção nordeste do município), Coque (porção central-leste do município) e território da Ocupação Josué de Castro (porção central-sul do município). Fonte: Arquivo do MSEU-UFPE, 2010; base cartográfica organizada e cedida pelas pesquisadoras do MSEU, Dra. Manuela Maria Pereira do Nascimento e Dra. Diana Carolina Gómez Bautista.



Durante as atividades de comunicação realizadas junto ao processo de consolidação de ocupação do território Josué de Castro, desenvolveu-se um conjunto de técnicas visando dar suporte à luta dos/as ocupantes dentre as quais se ressaltam as seguintes: participação do MSEU-UFPE nas assembleias realizadas pelos/as próprios/as ocupantes na área da ocupação; elaboração e distribuição de panfletos utilizando-se de ideias e termos proferidos pelos/as próprios/as ocupantes durante suas reuniões prévias, bem como realização de conversas a fim de encorajá-los a participarem das assembleias; realização de oficinas, durante as assembleias, visando trabalhar valores como os de união, solidariedade, luta, conquista, cidadania, etc., cujo conteúdo sempre passava pelo crivo dos coordenadores do movimento social em questão; acompanhamento das ações e reuniões que aconteciam, também, em outros espaços da luta pelo território (aparelhos da administração pública, do judiciário, ruas, etc.); assessoria no que tange à elaboração ou à redação de algum documento escrito para subsidiar suas solicitações junto às instituições públicas; arregimentação de especialistas – sobretudo, advogados, engenheiros, arquitetos – visando dar suporte às suas ações; projeção da construção do seu território fundamentando-nos na ideia da produção social do habitat, dentre outras. (Figura 3)

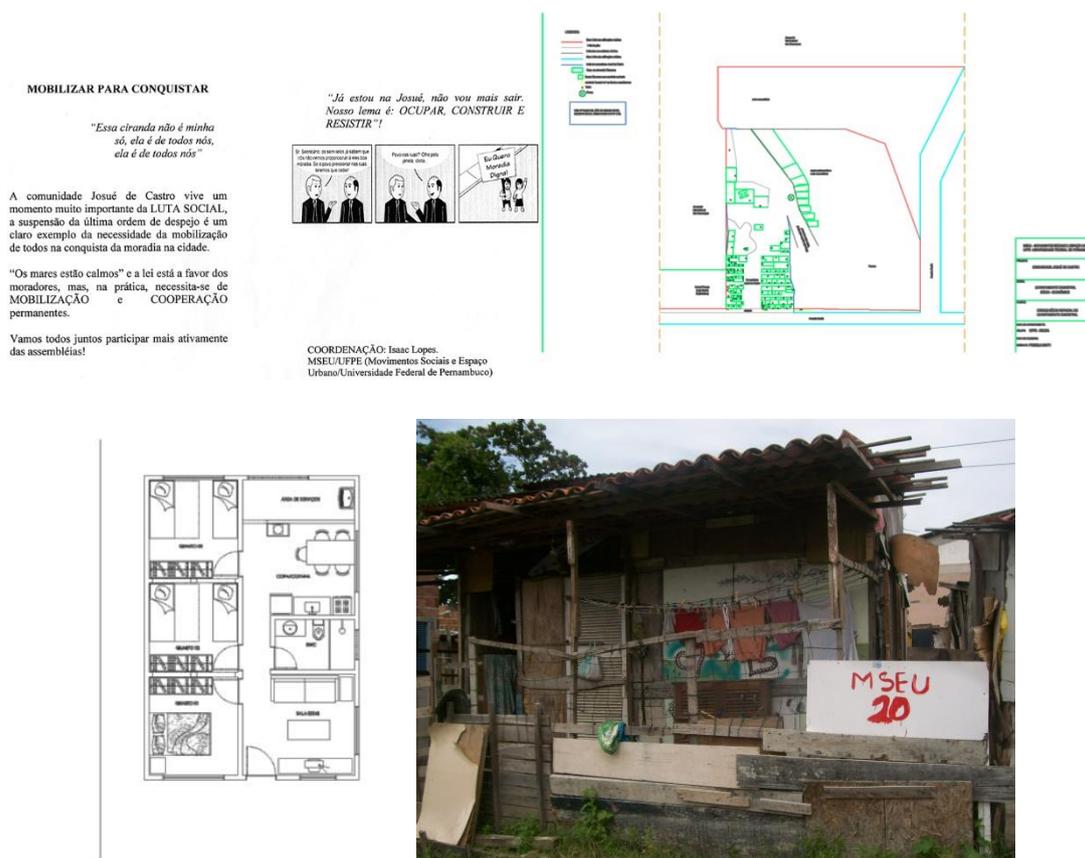


Figura 3. Recife: Ocupação Josué de Castro: Série de imagens referentes ao processo de luta e construção territorial. Fonte: Arquivo do MSEU-UFPE, 2010.

No que diz respeito ao caso referente à luta ocorrida no território Coque, diferentemente do anteriormente ressaltado, esta tratou-se de um movimento social ocorrido em um espaço ocupado havia mais de quatro décadas por homens e mulheres pobres da cidade, mas que, devido à sua alta valorização imobiliária, tornou-se mais cobiçado pelos interesses das classes dominantes representadas pelo CFICF em permanente expansão no espaço urbano recifense.

Destarte, a resistência dos/as moradores/as visava, sobretudo, à garantia do seu direito a permanecerem no terreno que não só haviam escolhido para viverem, como também prepararam e criaram, pelo trabalho coletivo, o próprio solo sobre o qual edificaram suas moradias, tal como tem acontecido em áreas originalmente de manguezais próprias do sítio geográfico do espaço recifense.



Articulados/as em torno do movimento *Coque (R)existe*, os/as moradores/as locais vêm lutando pelo direito de morar com dignidade. Conseguiram, assim, evitar, com o apoio de outros ativistas como o *#DireitosUrbanos*, a expulsão de moradores/as da rua Formosa durante o processo conflituoso de preparação do espaço recifense para a realização dos jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Posteriormente, este movimento social, também, teve o apoio do MSEU-UFPE e de outros atores mantendo sua organização em uma rede de indignação e esperança para reforçar sua resistência contra a ameaça de expulsão, sem alternativas concretas em termos de moradia e recebimento de indenização justa como rege a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), das áreas próximas ao canal Ibiaporã para fins de retificação (Castilho, 2016).

Durante as atividades de comunicação junto ao movimento social *Coque (R)existe*, desenvolveu-se outro conjunto de técnicas que se julgaram necessárias ao fortalecimento das lutas sociais no território dentre as quais se destacam as seguintes: participação do MSEU-UFPE nas assembleias realizadas pelos/as próprios/as moradores/as no território; elaboração e distribuição de panfletos utilizando-se de ideias e termos proferidos pelos/as próprios/as moradores/as durante suas reuniões, bem como de conversas com os/as moradores/as para encorajá-los/as a participarem das assembleias; acompanhamento das ações e reuniões, também, em outros espaços da sua luta (aparelhos da administração pública, do judiciário, ruas, etc.); assessoria no que tange à elaboração e redação de algum documento escrito para subsidiar suas solicitações junto às instituições públicas; arregimentação de especialistas – sobretudo, advogados, engenheiros – visando a dar suporte às suas ações; participação, junto com ativistas do referido movimento, em debates realizados na universidade acerca da problemática da remoção de territórios e territorialidades de trabalhadores/as empobrecidos/as nas cidades brasileiras, a fim de mobilizar a universidade e a própria sociedade. (Figura 4)



Figura 4. Recife: território Coque: Série de imagens referentes ao processo de luta contra a violência da remoção. Fonte: Arquivo do MSEU-UFPE, 2013.

No que tange à experiência do território Saramandaia, esta tratou-se, na verdade, de uma tentativa de ativismo da parte dos/as moradores/as do Conjunto Habitacional Saramandaia, construído e entregue pela Prefeitura do Recife para moradores/as removidos/as. O problema neste caso residiu no fato de que os/as moradores/as receberam apartamentos/casas e espaço condominial que, logo após a ocupação, apresentaram sérios problemas dentre os quais se citam os seguintes: rachaduras nas paredes, esgotos estourados, espaço muito exíguo para as famílias suscitando a realização de puxadinhos sem nenhum acompanhamento técnico; e ausência de espaço para a geração de renda. A este respeito, também indicaram o problema atinente à demora quanto à entrega da unidade de reciclagem de materiais, espaço que se acha próximo ao Conjunto Habitacional.

Com a finalidade precípua de dar início a outra atividade de comunicação, o MSEU-UFPE realizou, no próprio território em epígrafe, um primeiro diálogo que atraiu representantes dos/as moradores/as locais para pensar, refletir e buscar alternativas eficazes com o objetivo de resolver o conjunto dos problemas colocados anteriormente.



Após esta primeira escuta, realizou-se, no espaço da UFPE, um Colóquio<sup>2</sup>, coordenado pelo MSEU-UFPE, no qual representantes do território Saramandaia tiveram a oportunidade de falar sobre seus problemas, podendo compartilhá-los com quem estava colocando-se disponível não somente para ouvi-los, mas ao mesmo tempo para assessorá-los numa luta que, à primeira vista, parece ser tão difícil.

Durante as atividades de comunicação junto ao ativismo social no território Saramandaia, desenvolveu-se um conjunto de técnicas com a finalidade de encetar a atividade de comunicação naquele espaço: visita ao território para conhecê-lo e conversar com os/as moradores/as do lugar; retorno ao território visando ao desenvolvimento de uma atividade de escuta sobre os problemas e as alternativas para solucioná-los, ditos por eles/as mesmos/as o que aconteceu pelo uso do procedimento da “árvore dos problemas”; discussão da problemática inerente aos moradores do território junto a pesquisadores, técnicos da Prefeitura, militantes de movimentos sociais, etc. visando à valorização das suas próprias iniciativas no sentido de pressionar a Prefeitura do Recife para promoção da garantia de morar com dignidade. (Figura 5)



Figura 5. Recife: território Saramandaia: Série de imagens referentes ao processo de luta pela melhoria do Conjunto Habitacional. Fonte: Arquivo do MSEU-UFPE, 2017/2018.

As experiências acima apresentadas reúnem-se como uma articulação de técnicas que formam, em seu conjunto, o que se está chamando neste escrito de tecnologia social, a qual tem sido utilizada para resistir às constantes ameaças de perda de território, bem como contra as ausências em termos de acesso e, sobretudo, de qualidade dos serviços públicos sociais que os governos lhe devem. Trata-se, ademais, de uma tecnologia utilizada para reforçar os processos de ocupação – não de “invasão” tal como as classes dominantes e os seus representantes os definem por desconhecerem a própria Constituição da República Federativa do Brasil relativa à política urbana – realizados no sentido da conquista do seu direito, pelo menos, ao entorno.

Outra experiência em termos de atividade de comunicação realizada pelo MSEU-UFPE, diferentemente das que foram anteriormente apresentadas, ainda em andamento, consiste, mormente, em promover diálogos com estudantes dos cursos preparatórios para ingresso em universidades, bem como com professores de redes pública e privada do ensino médio localizadas, de preferência, na Região Metropolitana do Recife (RMR).

<sup>2</sup> Referimo-nos ao III Colóquio Territórios Violados: “Debatendo o papel da universidade no avanço de políticas públicas sustentáveis”, evento promovido pelo MSEU-UFPE e realizado aos 9 de março do ano de 2018 no anfiteatro do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE.

Estas atividades foram realizadas, em sua maioria, nas próprias escolas, uma vez que, para nós, a instituição – MSEU-UFPE – deve *ir aonde o povo está*; muito embora também se tenha realizado uma destas atividades na Coordenadoria do Ensino de Ciências do Nordeste (CECINE) da UFPE, na perspectiva de, alternando os espaços do diálogo, trazer a realidade também para dentro da nossa universidade.

O propósito principal desta atividade residiu no nosso compromisso ético, como educadores comprometidos com um país melhor, de combater o obscurantismo da “organização escola sem partido” (Castilho, 2019). E isto, chamando a atenção das pessoas para que possam pensar e refletir acerca do atual estado de coisas no Brasil, fazendo-as perceberem, por elas mesmas, que algo está errado, merecendo, portanto, ser revisto.

Durante as atividades de comunicação junto às referidas escolas, desenvolveu-se um conjunto de técnicas com vistas à realização de um trabalho pedagógico com base no diálogo efetivamente participativo e, por sua vez, democrático. No conjunto destas técnicas, destacam-se: contato prévio com a direção das escolas para apresentar nossa proposta de diálogo a fim de pedir-lhe sua autorização para desenvolvê-la no espaço escolar; elaboração do conteúdo do diálogo em PowerPoint, destacando o conteúdo concernente a cada um dos quatro eixos da discussão (Cidade: Espaço de Contradição entre Capital e Trabalho; Discurso Único e Tentativas de Homogeneização da Cidade-Empresa: “Lógica do Mercado” frente à “Lógica da Vida Humana” no âmbito da Situação de uma “Guerra Urbana”; Possibilidades de Vencer a “Guerra Urbana”; e Direito à Cidade: Cidade como Lugar de Encontros). Sempre encorajando os/as estudantes a falarem o que quiserem a partir da visualização das imagens apresentadas pelo referido PowerPoint, bem como a apontarem alternativas pensadas para a superação dos problemas representados pelas imagens. (Figura 6)



Figura 6. Recife: interação entre MSEU-UFPE e escolas: Série de imagens referentes aos diálogos com estudantes e professores das escolas públicas e privadas. Fonte: Arquivo do MSEU-UFPE, 2017/2018.

Não obstante as particularidades inerentes a cada atividade de comunicação acima ressaltada, em função principalmente das especificidades territoriais inerentes a cada território, todas, entretanto, possuem uma lógica em comum. Em outras palavras, todas as ações possuem como escopo maior recuperar a ideia da cidade como obra, produzida a partir da sua própria condição original de espaço de encontros (Mumford, 1998), de lugar de encontro e da festa (Lefebvre, 1991) e da coabitação (Santos, 1987), resgatando, assim, a natureza inerente ao processo de produção social com vistas a combater a lógica que faz da cidade um mero produto, uma mera mercadoria segundo os interesses do CFICF.

Com efeito, o encontro dos/as trabalhadores/as em lugares públicos (ruas, praças, etc.) dos respectivos territórios em que coabitam no seu cotidiano vivido, reunindo-as em torno das discussões sobre os problemas comuns vivenciados no local, suscita a festa. O que



pode ser exemplificado pela saída das lideranças locais às ruas para encorajar os/as moradores/as a participarem das reuniões das assembleias, realizadas geralmente no período da noite, fomentando conversas, brincadeiras sobre a política e o envolvimento das pessoas na política a partir do seu lugar de existência durante todo o dia; pela reaproximação das pessoas e destas com as provenientes de outros territórios da cidade que se identificam empaticamente com as lutas do lugar, para, antes da realização das assembleias, conversarem na associação de moradores ou em alguma residência tomando uma sopa ou em algum bar tomando uma cerveja, preparando-se para emitirem sua opinião sobre os problemas a serem discutidos; pela alegria das pessoas, a despeito da gravidade dos problemas a serem abordados (ameaça de remoção dos moradores), em reunirem-se e reverem-se, na rua ou na praça, brincando, sorrindo, cantando, consumindo alguma iguaria vendida no lugar por pequenos comerciantes locais que também se aproveitam do evento para fazerem seus negócios, o que acaba evidenciando para toda a “comunidade” local que os espaços públicos ainda podem e são ocupados para finalidades efetivamente comunitárias; o próprio ritual das reuniões torna-se uma festa na medida em que cada pessoa profere, livremente com respeito ao contraditório, suas palavras e suas sugestões as quais são discutidas e avaliadas, consolidando, nos territórios em epígrafe, o acontecer histórico da ágora; pela alegria que se percebe quando se deixa o espaço da reunião retornando à casa conversando e sorrindo, como que meio aliviados por terem compartilhado seus problemas com outrem e por terem recuperado suas expectativas em resolvê-los; e pelas comemorações durante os processos de mobilização, sobretudo, quando conseguem vencer alguma batalha.

Sabe-se das dificuldades no que concerne à realização da cidade como obra, destruindo sua tendência atual de tornar-se mercadoria para, acima de tudo, gerar riquezas. Porém, não se pode abrir mão dos nossos propósitos ideais haja vista que, para nós, é impossível ficar calado e apático diante do atual processo de produção territorial em todos os lugares do mundo, incluindo o Brasil onde o grau da perversidade inerente à lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista ainda se faz de maneira muito mais perversa.

Daí porque, não obstante o caráter utópico do referido propósito, a utopia ainda é de fundamental relevância não somente na tarefa de pensar e refletir acerca das diversas possibilidades para se superar os problemas vividos nos nossos dias, mas ao mesmo tempo como força reforçadora das lutas sociais. Porém, como nos lembra Harvey (2004), deve-se manter os pés no chão, ou seja, deve-se considerar as adversidades ainda muito fortes as quais, muitas vezes, impedem a concretização dos diversos projetos de mundo, o que nos leva a rever os caminhos percorridos no âmbito da história.

Nesta perspectiva, acrescenta-se que, em vez de se continuar buscando implantar modelos de territórios imaginados sem vínculos com a realidade vivida, simplesmente ajustando-a às nossas ideias puras; muito mais profícuo é, tendo nossas utopias como metas a perseguir, avaliar-se em que medida se está dando saltos cada vez mais interessantes na perspectiva da produção de outros territórios.

Paralelamente, deve-se pensar e refletir sobre o que fazer no sentido de se viver melhor do que se está vivendo hoje, o que, por exemplo, pode ser viabilizado pelo respeito à outridade, fazendo valer o que está escrito na atual Constituição da República Federativa do Brasil (a exemplo dos artigos 182, 183 e 225 dentre outros voltados ao processo de ordenamento territorial e ambiental do espaço). Tarefa para a qual urge a aproximação das pessoas no sentido da discussão acerca das possibilidades em termos de ações concretas para a mudança, razão por que o MSEU-UFPE tem tomado a iniciativa de transpor as fronteiras acadêmicas nos dois sentidos, ou seja, saindo da universidade para reencontrar-se com o seu povo e, concomitantemente, trazendo o seu povo para a universidade.

Com relação aos principais ganhos socioterritoriais obtidos a partir da realização das atividades de comunicação ressaltadas neste ensaio, citam-se aqueles que se podem julgar salutar seja para a instituição pública, seja para os territórios com os quais se tem interagido. Para a instituição pública, ressalta-se, dentre outros ganhos: a valorização da instituição pública (universidade, Estado) como companheira de luta, também, dos/as classes trabalhadoras vivendo sob condições de pobreza, desmitificando a ideia do Estado como o “mal”, o “vilão” e dando sinais de que esta instituição deve ser resgatada para dar continuidade à sua tarefa essencial que é, como já se escreveu alhures, a de promover uma sociedade mais justa e igualitária; o envolvimento dos/as estudantes em formação nos programas de graduação e pós-graduação com os problemas sociais do povo, proporcionando a sensibilização para tornarem-se mais sensíveis futuramente quando do exercício das suas respectivas profissões (professores, técnicos, pesquisadores, gestores públicos, etc.); e a recuperação da verdadeira natureza da universidade, isto é, a de estar enraizada nos problemas inerentes à região na qual se acha localizada.

Além dos ganhos acima ressaltados, citam-se ainda os seguintes: a manutenção das ações dos movimentos sociais durante os momentos de incertezas e dificuldades enfrentadas na mobilização social (tanto no território Josué de Castro como no Coque, as lideranças locais revelaram-nos que nossas atividades junto a elas foram de seminal importância para manter as pessoas organizadas e



mobilizadas, uma vez que é muito difícil realizar reuniões à noite em meio no qual os/as trabalhadores/as enfrentam muitas dificuldades no seu cotidiano vivido); e o estímulo a usar os seus territórios de maneira diferente convivendo com outros atores sociais da cidade, ou seja, ocupando-os em todos os momentos do dia, inclusive à noite reunindo-se em espaços públicos locais com a finalidade, também, de discutirem os problemas do lugar buscando, juntos, resolvê-los.

## 5. Conclusão

Conclui-se este escrito ressaltando a relevância da criação e do uso de formas de tecnologia social pela própria sociedade com vistas ao desenvolvimento da vida humana na Terra, superando a condição de pobreza em que vivem os/as trabalhadores/as empobrecidos/as em diversos territórios nas cidades brasileiras.

Fundamentando-nos em um referencial teórico-conceitual e, ao mesmo tempo, em experiências concretas de interação entre o MSEU-UFPE (instituição pública) e as classes trabalhadoras empobrecidas em territórios de Recife (cidade e RMR), demonstrou-se que existem percepções e práticas de mundo que, diferentes das que representam o acontecer histórico inerente aos imperativos da lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista neoliberal, buscam produzir outro território, outro mundo, através do resgate da cidade como espaço de encontros, da festa e da coabitação.

Em definitivo, não obstante o conjunto das adversidades enfrentadas pelas tentativas de mudar o mundo, o que importa é que as pessoas em luta – embora exploradas economicamente, renegadas socialmente e reprimidas politicamente – nunca se calam, continuando, assim, a buscar a senda fundamental para a concretização dos seus desejos.

É nesse âmbito, portanto, que se ressalta a necessidade de se mobilizar a dimensão utópica que existe dentro de si, visto que a utopia, como se tem presenciado, estimula a criatividade em termos de territórios a serem produzidos, mantém a confiança na possibilidade de mudança e consolida a coragem em continuar perseguindo os objetivos desejados.

Porém, reconhece-se que o uso da utopia deve acontecer “com os pés fincados no chão”, ou seja, os devires devem ser imaginados, também, com base em experiências de tecnologias sociais territorialmente contextualizadas, que efetivamente possam ser concretizados levando-se conta as adversidades que muitas vezes impedem a sua concretização. Continuemos na luta!

## Agradecimentos

À CAPES, ao CNPq e à FACEPE.

## Referências

- Alves, JDE 2019. Aumenta a pobreza e a extrema pobreza no Brasil. *EcoDebate*. Available from: <https://www.ecodebate.com.br/2018/08/13/aumenta-a-pobreza-e-a-extrema-pobreza-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>
- Beck, U 2011. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Editora 34, São Paulo, 384 pp.
- Brasil 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Congresso Nacional, Brasília, 227 pp.
- Castells, M 1999. *A sociedade em rede, V.1*, Paz e Terra, São Paulo, 617 pp.
- Castells, M 2013. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, Zahar, Rio de Janeiro, 271 pp.
- Castilho, CJM 2011. Nuevos rumbos del activismo socio-espacial en Recife-PE: Comunidad Josué de Castro ¡La esperanza de la construcción de un nuevo territorio! *New Cultural Frontiers*, 2:63-86.
- Castilho, CJM 2012. Nuove direzioni dell'attivismo socio-spaziale a Recife: Occupazione Josué de Castro e la speranza di costruire un territorio nuovo. *Bollettino Della Società Geografica Italiana*, V:105-121.
- Castilho, CJM 2016. Reforço da urbanização capitalista e territórios ameaçados: o Coque no âmbito do embate entre a racionalidade técnico-instrumental neoliberal e a racionalidade ambiental. In: RM Souza, SSC Santos, R Kohler. *Cenários urbanos: riscos e vulnerabilidade na gestão territorial*, Criação, Aracaju, p. 15-44.
- Castilho, CJM 2019. Fortalecimento de territórios vividos na encruzilhada dos interesses globais e locais – atividades de comunicação em andamento. In: MJF Cury, E Magnani, RCP Carvalho. *Ambiente e território: abordagens e transformações sociais*, Madrepérola, Londrina, p. 15-32.



- Domenici, T 2019. “A extrema pobreza voltou aos níveis de 12 anos atrás”, diz pesquisador da ActionAid Brasil e Ibase. *Publica Agência de Jornalismo Investigativo*. Available from: <https://apublica.org/2018/07/a-extrema-pobreza-voltou-aos-niveis-de-12-anos-atras-diz-pesquisador-da-actionaid-e-ibase/>
- Duque, TO & Valadão, JAD 2017. Abordagens teóricas de tecnologia social no Brasil. *Revista pensamento contemporâneo em administração*, 11:1-19.
- Freire, P 1983. *Extensão ou comunicação?* Paz & Terra, Rio de Janeiro, 93 pp.
- Freire, P 2019. *Pedagogia do oprimido*, Paz & Terra, Rio de Janeiro, 253 pp.
- Gramsci, A 1996. *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*, Editori Riuniti, Roma, 244 pp.
- Harvey, D 2004. *Espaços de esperança*, Edições Loyola, São Paulo, 382 pp.
- Lakatos, EM, Maconi, MA 1992. *Metodologia do trabalho científico*, Editora Atlas, São Paulo, 212 pp.
- Lefebvre, H 1991. *O direito à cidade*, Moraes, São Paulo, 72 pp.
- Leff, E 2009. *Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*, Vozes, Petrópolis, 494 pp.
- Lewis, O 1966. The culture of poverty. *Scientific American*, 215(4):19-25.
- Mumford, L 1998. *A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas*, Martins Fontes, São Paulo, 741 pp.
- Morin, E 2011. *La sfida della complessità/Le défi de la complexité*, Le Lettere, Firenze, 131 pp.
- Rodrigues, I & Barbieri, JC 2008. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. *Revista de administração pública*, 42(6), 1069-94.
- Santos, M 1978. *Pobreza urbana*, Hucitec, São Paulo, 136 pp.
- SANTOS, M 1987. *O espaço do cidadão*, Nobel, São Paulo, 142 pp.
- Santos, M 1996. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*, Hucitec, São Paulo, 308 pp.
- Santos, M 1997. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*, Hucitec, São Paulo, 190 pp.
- Santos, M 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Record, Rio de Janeiro, 174 pp.
- Schwarcz, LM & STARLING, HM 2015. *Brasil: uma biografia*, Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 694 pp.
- Souza, J 2017. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*, Leya, Rio de Janeiro, 239 pp.
- Sousa Santos, B 1997. *Pela mão de Alice. O social e o político na transição pós-moderna*, Cortez, São Paulo, 348 pp.
- Sousa Santos, B 2002. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista crítica de ciências sociais*, 63, 237-280.